

HT-110



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras

Departamento de História

O Colonato de Magagade e o Sistema de Cultivo de Algodão, 1966-1975

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

José Lázaro Maduela

Maputo, 2002

[HT-110]



O Colonato de Magagade e o Sistema de Cultivo de Algodão,

1966-1975

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura em **História** da Universidade Eduardo Mondlane

José Lázaro Maduela

Departamento de História

Faculdade de Letras

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor : **Professor Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo**

Maputo, 2002

Superv.

O presidente <i>João Paulo</i>	O Superv. <i>Arlindo</i>	O Oponente <i>Jos. H. H.</i>	Data <i>09/04/02</i>
-----------------------------------	--	---------------------------------	-------------------------

347.453.1679
M 183 c

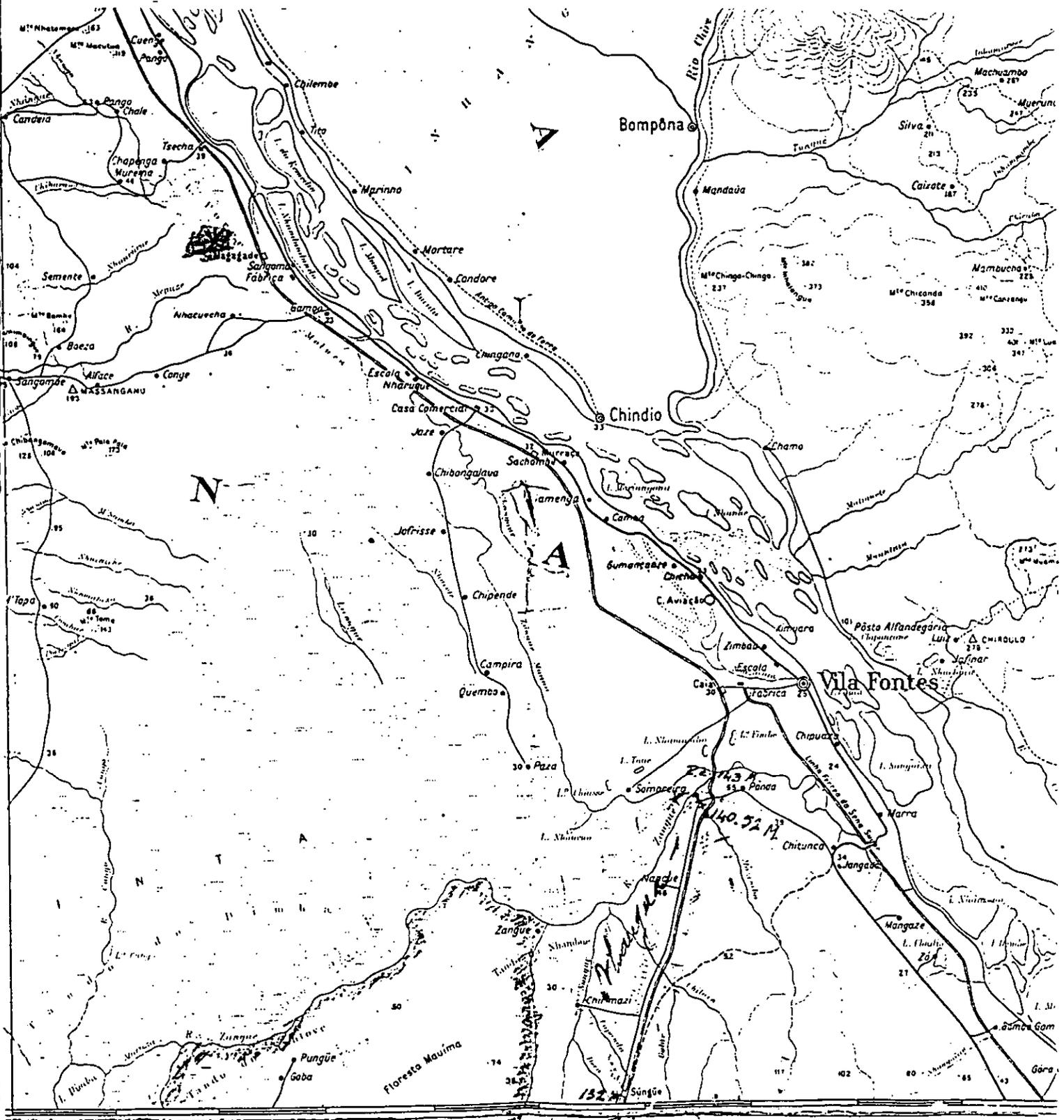
F. LETRAS U.E.M.
R. E. 29188
DATA 15/04/02
AQUISIÇÃO <i>oferta</i>
GOTA HT-110

Índice do Trabalho

(assunto...página)

Mapa (localização da região de Magagade).....	i
Declaração.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Lista de abreviaturas.....	vi
0. Introdução	
0. 1. Pertinência Académica do Estudo.....	3
0. 2. Balizas Temporais do Estudo.....	3
0. 3. Revisão da Literatura.....	4
0. 4. Metodologia.....	6
Capítulo I: O Colonato de Magagade	
I. 1. Contexto em que insere a sua instalação.....	7
I. 1. 1. Geográfico.....	7
I. 1. 2. Sócio-Económico.....	10
II. Estrutura administrativa do Colonato.....	14
Capítulo II. O sistema de cultivo de Algodão em Moçambique, de 1895 a 1966	
II. 1. O cultivo e fomento.....	15
Capítulo III. O sistema de cultivo de algodão em Magagade, 1966-1975	
III. 1. O acesso a terra.....	31

III. 2. O Acesso ao Crédito Agrário, ao sistema de irrigação por bombagem, aos tractores e as alfaias agrícolas.....	34
a) O Crédito Agrário.....	34
b) Acesso ao Sistema de irrigação por bombagem, tractores e alfaias agrícolas.....	35
III. 3. Os colonos e o cultivo de algodão.....	37
Capítulo IV: Balanço do Funcionamento do Colonato de Magagade, 1966 – 1975.....	40
Conclusões e Recomendações.....	43
Fontes.....	45



MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS - JUNTA DAS MISSÕES GEOGRÁFICAS E DE INVESTIGAÇÃO COLONIAIS. CARTA DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE (SENA-MASSINGIRE), 1948

MAPA I (LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DE MAGAÇAÁDE)

REGIÃO DE MAGAÇAÁDE

Declaração

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal.”

Dedicatória

Dedico o presente trabalho aos meus tios, Maria de Fátima e Bartolomeu Maduela, e à memória dos meus ex-colegas e amigos, Grandal Nkepe e Sérgio Nhampossa.

Agradecimentos

De modo particular, apresento os meus sinceros agradecimentos a todas instituições e pessoas que directa ou indirectamente contribuíram para a realização do propósito que norteou a elaboração deste trabalho. Dentre vários, nesta menção de agradecimentos inclui-se a Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, o Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento, o Instituto de Algodão de Moçambique, a Administração de Caia e respectivos Postos Administrativos e Regulados, e a pessoa do tutor deste trabalho, o Professor Doutor Arlindo Gonçalo Chilundo. Além destes, esta menção é extensiva a todos os professores da Faculdade de Letras e, em particular, aos do Departamento de História. Também agradeço, de modo geral, os meus tios, irmãos, colegas, amigos e minha namorada que souberam dar importância e estímulo a cada passo de que este trabalho se revestiu.

Resumo

Abordámos neste trabalho o contexto geográfico e sócio-económico em que se inseriu a instalação do Colonato agrícola de Magagade, assim como a sua importância sócio-económica. Nesta perspectiva, concluímos que, a tradição agrícola da região de Magagade no cultivo de algodão, a existência do solo fértil e da água concorreram para a instalação, neste local, do Colonato de Magagade cuja actividade central era o cultivo de algodão. Por outro lado, verificamos que, o Instituto de Algodão de Moçambique instalou este Colonato e fez-o solução aos dilemas com que se debatia, como sejam a necessidade de fomentar o cultivo de algodão numa situação de exiguidade de recursos financeiros e técnicos e, no contexto do povoamento colonial, de ocupar os emigrantes europeus, insucedidos no sector administrativo, e de ex-militares portugueses, em serviço militar na Colónia, que tendo passado à disponibilidade decidiram fixar-se na Colónia. No aspecto ligado à importância sócio-económica do Colonato de Magagade, concluímos que, comparando os níveis anteriores de produção de algodão na região de Magagade aos do período em que o Colonato esteve a operar, houve um crescimento da produção de algodão, o que não só se deveu à existência de um sistema de bomba para a irrigação, tractores, alfaias entre outros meios e factores de produção, como também ao aumento da área de cultivo. Também, concluímos que para o produtor, o sistema de cultivo de algodão no Colonato, permitiu-o a acumulação de capital com o qual investiu em bens sem retorno como sejam a construção de uma casa melhorada, a compra de meios de transportes, entre outras aplicações. Mas, também, verificamos que, paralelamente aos ganhos, o colono tendia a tornar-se monocultor em resultado das recomendações do I. A. M. Constatamos que, pelo facto deste empreendimento ter sido composto maioritariamente por colonos brancos relativamente aos negros, ele caracterizou-se por uma forte diferenciação rásica no seu acesso.

Estas conclusões resultaram de pesquisas, bibliográfica e de fundos arquivísticos do então Governo do Distrito da Beira, do recurso às entrevistas, levadas à cabo em Caia (distrito de Sofala), assim como da observação participante às infraestruturas físicas do então Colonato de Magagade.

Lista de Abreviaturas

A. H. M. – Arquivo Histórico de Moçambique

C. I. C. A. – Centro de Investigação Científica Algodoeira

I. A. M. – Instituto de Algodão de Moçambique

J. E. A. C. – Junta de Exportação de Algodão Colonial

0. Introdução

Até à altura em que Moçambique sofreu a conquista de grande parte do seu território em benefício de Portugal (1895), a sua população já praticava o cultivo do algodão, a partir do qual, por exemplo, nos Estados Marave (séc. XVI-XIX) se confeccionavam tecidos designados por Machilas. Estes tecidos experimentaram, devido à sua qualidade, uma procura substancial no mercado internacional comparativamente aos tecidos de origem indiana, que nesse campo possuíam uma certa tradição. Até esta data, o algodão era um produto virado apenas ao consumo interno. Contudo, esta situação viria a mudar com a conquista dos territórios africanos pelos países imperialistas europeus (incluindo Portugal), a partir do século XIX, assente na necessidade do domínio de novos mercados para a venda de produtos industriais, na posse de matérias primas, na exploração de mão-de-obra barata e na aquisição de lucros. Estes interesses reflectiam, na essência, a tentativa de busca de soluções para os problemas económicos com que as suas economias se debatiam. O sector têxtil português, por exemplo, muito embora tivesse assistido, até aí, maior progresso em relação a outros sectores (vide capítulo I), debatia-se com o problema da insuficiência de matéria prima e da necessidade de novos mercados para a venda de produtos elaborados. Neste contexto, Portugal sugeriu, para este problema, uma solução que não só passava pela transformação de Moçambique e Angola em produtores de algodão mas, também, em consumidores principais de produtos elaborados. Assim, em Moçambique, o algodão passou a ser um produto de exportação. Nesta base, fomentou-se o cultivo deste produto em Moçambique e em Angola sob o comando de algumas instituições criadas para esse efeito. Tal é o caso da Junta de Exportação de algodão Colonial criado em 1938 com a atribuição de assistir o produtor ao longo do ciclo

vegetativo das plantas, fixar preços pagos aos produtores pelas Companhias Concessionárias, que tinham direitos exclusivos de compra e venda de algodão aos camponeses de uma determinada região, e as Companhias Concessionárias à Indústria Têxtil Portuguesa. Todavia, as dificuldades encontradas por esta instituição na execução das suas tarefas levaram à sua extinção e, com ela, a reforma de todas as iniciativas que concorriam para o fomento da cultura do algodão. Foi no contexto desta dinâmica que se criou, em 1961, no lugar da Junta de Exportação de Algodão Colonial, o Instituto de Algodão de Moçambique com a tarefa de encabeçar o fomento do algodão. No âmbito do cumprimento das suas atribuições e perante a situação sócio-política e económica da época, o Instituto de Algodão de Moçambique instalou, a partir de 1966, os Colonatos de Magagade, Inhangoma e Canda-Nhabirira e os Ordenamentos de Murema, Inhangoma e Canda com a finalidade de colonizar e racionalizar a cultura do algodão, assim como assegurar as boas condições de utilização dos solos. Nestes Colonatos e Ordenamentos estabeleceram-se relações de produção centradas em obrigações específicas para cada um dos sujeitos intervenientes (colono e I. A. M. ou ordenado e I. A. M.) a partir das quais, assistimos surgir um quadro de vantagens e desvantagens. É neste contexto que, pretendemos compreender o contexto geográfico e sócio-económico em que se insere a instalação do Colonato de Magagade¹ e a sua importância sócio-económica. Achamos, á partida que, o Colonato de Magagade foi instalado na região de Magagade devido ao facto de o solo desta região ser fértil. Também, achamos que, o Colonato de Magagade

¹ O Colonato de Magagade situou-se na então Circunscrição de Sena (actual distrito de Caia, província de Sofala), do então distrito de Manica e Sofala, e agrupou as Regedorias de Inhacuxa e M'topa cujas Chefaturas componentes eram Inhacuxa, Gimo, António Gamba, Sandiangane e M'topa, Dete, Semente, Nhamacherenga, Mangane, Nhamatanda, Mazambane, Colama, Jó, Mateus, Jone Zongué, respectivamente. Vide: AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724. Mapa das áreas semeadas de algodão, 1959, da autoria da Administração da Circunscrição de Sena, 1959

contribuiu para o aumento quantitativo de algodão e, permitiu a melhoria das condições sociais dos colonos.

O nosso trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, faz-se a abordagem do contexto geográfico e sócio-económico que esteve na base da instalação, em Magagade, do Colonato de Magagade. Além disso, descreve-se a estrutura administrativa do colonato e suas respectivas atribuições. No segundo capítulo, aborda-se o cultivo e fomento da cultura de algodão no período que precedeu a instalação do Colonato de Magagade, de 1895 (altura em que Portugal iniciou o processo de consolidação da conquista efectiva de Moçambique) até 1966 (ano em que o Colonato foi instalado). No terceiro capítulo, aborda-se o sistema do cultivo de algodão em Magagade, entre 1966 e 1975 (data da decadência do Colonato), desde o acesso à terra, ao crédito agrário, ao sistema de irrigação, aos tractores e às alaias. E, no quarto capítulo, faz-se o balanço do funcionamento do Colonato, entre 1966 e 1975.

0. 1. Pertinência Académica do Estudo

Uma vez que, há poucos estudos de caso que abordam o sistema do cultivo de algodão, no período compreendido entre os anos de 1966 a 1975, este estudo, permitirá preencher a lacuna existente nesta área.

0. 2. Balizas temporais do Estudo

Este estudo, tem como balizas de tempo os anos compreendidos entre 1966 e 1975. O ano de 1966 representa a data em que o Colonato de Magagade foi instalado enquanto que, o de 1975 representa a data em que o mesmo Colonato parou de operar.

0. 3. Revisão da Literatura

Alguns aspectos em que o nosso estudo se debruça, como sejam as vantagens e desvantagens do sistema colonial de cultivo de algodão para os produtores, assim como as condições e os mecanismos observados na instalação dos Colonatos, já tinham sido objecto de atenção em alguns estudos realizados em torno do assunto. Entre outros, destaca-se o estudo intitulado *From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974*, da autoria de Pitcher². Neste estudo Pitcher, de entre outras conclusões a que chegou, sugere que os esforços empreendidos pelo governo colonial português em abastecer o seu mercado têxtil em algodão, conduziram, nas Colónias, ao recurso à força sobre o produtor, como forma de obrigá-lo a cultivar e a intensificar o cultivo deste produto. Por outro lado, sugere que, muito embora o governo colonial português, por volta de 1942, tenha feito aprovar medidas contra o uso da força para levar os produtores a produzirem e a intensificarem o cultivo de algodão e, nos anos subsequentes, tenha iniciado uma política de incentivo aos produtores de algodão, o produtor continuava a estar sujeito a coação. Além deste estudo, são relevantes os seguintes: (1). *Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961)*, da autoria de Isaacman³. (2). *Forced Cotton Cultivation in Northern Mozambique, 1938-1961*, da autoria de Isaacman e Chilundo⁴. Nestes estudos os autores concluem que, nem todos os produtores que estiveram ligados ao sistema de cultivo de algodão colonial

²Pitcher, M *From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974*. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (pp. 119-143)

³ Isaacman, A. *Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961)* In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V (pp. 195-237)

empobreceram. Nesta base, avança-se que, alguns produtores puderam, porém, lucrar com base neste sistema de cultivo.

No aspecto ligado às condições observadas na instalação dos colonatos, destaca-se o estudo cujo título é *Land struggles and social differentiation in Southern Mozambique: a case study of Chokwe, Limpopo 1950-1987*, da autoria de Hermele⁵. Neste estudo, as conclusões a que Hermele chega, sugerem que, na instalação dos colonatos observou-se os factores de natureza geográfica, como sejam a qualidade do solo, a existência da água, entre outros. Além destes factores, Hermele sugere que, porque na altura em que o governo colonial começou a esboçar projectos de colonatos agrícolas, as populações africanas se encontravam a desenvolver a actividade agrícola nestes locais, descritos como aptos para esse fim, este adoptou, na instalação Colonato de Chòkwe, o mecanismo de expropriação de terras aos antigos produtores.

O estudo de Pitcher é relevante para o nosso estudo porque faz uma abordagem geral das desvantagens do sistema de cultivo de algodão em Moçambique e Angola, pelo que ao pretendermos fazer um estudo de caso (Colonato de Magagagde) estaremos a complementá-lo, neste aspecto e, também, no das desvantagens. Por outro lado, os estudos desenvolvidos por Isaacman e Chilundo são de carácter regional, isto é, fazem referência à região norte de Moçambique. Todavia, estes avançam para a história social dos produtores de algodão e, nesta base, trazem subsídios sobre as vantagens e desvantagens do sistema do cultivo de algodão para o produtor. Porque, além de serem estudos de carácter regional e se debruçarem sobre um período histórico anterior (1938-

⁴ Isaacman, A. et Chilundo, A. Peasants at Work: Forced Cotton Cultivation in Northern Mozambique, 1938-1961. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995. Cap.7(pp. 119-143)

⁵ Hermele, K. *Land struggles and social differentiation in Southern Mozambique: a case study of Chokwe, Limpopo 1950-1987*. Upsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988

1961), ao previsto no nosso estudo (1966-1975), pretendemos fazer deste trabalho sua componente complementar, trazendo, para esse efeito, além do lucro e da pobreza (tidas como vantagens e desvantagens do sistema de cultivo para o produtor), o conhecimento de outras vantagens e desvantagens, que o sistema de cultivo de algodão trouxe para o produtor. A finalizar, o estudo desenvolvido por Hermele faz referência aos aspectos inerentes às condições e mecanismos observados pelo Governo Colonial durante a instalação de Colonatos. Todavia, pelo facto de se tratar de um estudo de caso (Colonato de Chòkwé) e considerar-se, apenas, o aspecto da expropriação de terras aos produtores, como o único mecanismo observado na instalação do Colonato, pretendemos que o nosso estudo traga outros mecanismos que tenham sido usados para o mesmo fim.

0. 4. Metodologia

A realização deste trabalho passou pelo uso do método de pesquisa bibliográfica, a partir do qual revimos a literatura existente em torno do assunto. Porém, a partir do uso deste método, constatámos que, há ausência de estudos realizados acerca do sistema de cultivo de algodão na região de Magagade, o que nos conduziu a considerar estudos paralelos. Além deste método, utilizámos o de entrevistas, levado a cabo em Caia, junto de pessoas que estiveram ligadas ao Colonato de Magagade. Tivemos, por um lado, dificuldades de localizar estas pessoas (entrevistados), devido ao facto de se terem dispersado durante a guerra civil. Por outro lado, durante o primeiro dia do trabalho de campo, tivemos dificuldades de língua, o que nos levou a contratar tradutores (um de lingua Ndau e outro de Lingua Sena). Mas também, mereceu nossa utilização o método de observação participante. A sua utilização, centrou-se na observação das então infraestruturas do Colonato de Magagade.

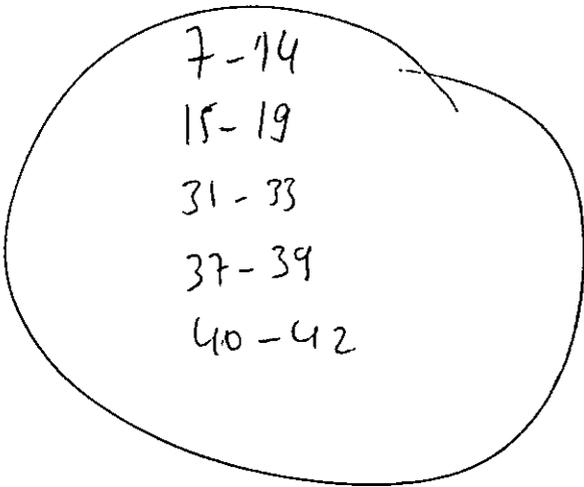
7-14

15-19

31-33

37-39

40-42



7-14

15-19

31-33

37-39

40-42

Capítulo I. O colonato de Magagade

I. 1. Contexto em que se insere a sua instalação

I. 1. 1. Geográfico

Em 1966, o Instituto de Algodão de Moçambique, com o objectivo de colonizar e racionalizar a cultura de algodão⁶, bem como, assegurar as boas condições de utilização dos solos⁷, instalou, para esse efeito, na região de Magagade (vide, Mapa i), porção territorial da então Circunscrição de Sena⁸ no Distrito Colonial de Manica e Sofala, o Colonato agrícola de Magagade, cuja área total era de 50 mil hectares. O Colonato de Magagade foi instalado numa área cultivada conforme testemunha o Relatório da Campanha agrícola de 1950/51 do distrito de Manica e Sofala, da autoria da Junta de Exportação do Algodão Colonial, que relata o seguinte: *De Magagade a Caia, encontram-se a ladear a estrada, machambas de algodão e culturas alimentares em terrenos fortes mas que se encontram depauperados devido presumivelmente à insistência de monocultura*⁹. Neste extracto, de entre vários aspectos referidos, destaca-se, por um lado, o facto de sugerir que o solo é rico e, por outro lado, que corre o risco de empobrecer devido à prática da monocultura. A riqueza do solo de que o extracto se refere sustenta-se no facto de esta região ser formada por solos aluvionais, halomórficos e hidromórficos, barros escuros e solos calcários¹⁰ classificados como de elevada fertilidade¹¹, facto que concorreu para a instalação, neste local, do Colonato de Magagade.

⁶ Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 1

⁷ Gouveia, D. Utilização eficiente da água na agricultura de Moçambique. *Agron. Moç.*, 4(1): 15-19, Jan-Mar. 1970, p. 19

⁸ A Circunscrição de Sena, depois da Independência, passou a designar-se por Distrito de Caia

⁹ AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724, Relatório da Cam. Campanha Agrícola da Província de Manica e Sofala, 1950/51 da autoria da Junta de Exportação do Algodão Colonial, 1951

¹⁰ Gabinete do Plano do Zambeze. *Relatório de actividade, 1970*. Lisboa: GPZ, 1971, p. 10-13

¹¹ Gouveia, D. Utilização eficiente da água na agricultura de Moçambique. *Agron. Moç.*, 4(1): 15-19, Jan-Mar. 1970, p. 19

Entre outros estudos que realçam a fertilidade do solo pode-se fazer menção ao estudo desenvolvido pelo Centro de Investigação Científica Algodoeira a partir de 1946, que concluiu haver condições favoráveis para o cultivo de algodão e apontou, com base na aptidão física de cada tipo de solo, a variedade de algodão que se podia cultivar¹². Também, a fertilidade do solo desta região tinha sido objecto de atenção nos escritos do então Governador de Sena, quando se dirigia ao Congresso das Cortes Geraes e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa em 1821, nos quais disse: *A massa das produções de toda a qualidade, que hu'a Colónia como esta podia produzir pela sua fertilidade, seria admirável, se a agricultura tivesse chegado ao menos a hu' estado mediocre*¹³.

Além da tradição agrícola desta região no cultivo de algodão e da riqueza do seu solo, factores que concorreram para a instalação do Colonato de Magagade, o facto desta região fazer fronteira com o rio Zambeze¹⁴, garantindo a humidade do solo, também se nos afigura como o terceiro factor que concorreu para o mesmo fim. Esta ideia resulta do facto de esta região ter sofrido secas alternadas, como foi por exemplo a dos anos agrícolas de 1949/50 e 1950/51, cujo efeito foi o decréscimo da produção algodoeira, em particular¹⁵, pelo que, achamos que, o Instituto de Algodão de Moçambique instalou o Colonato de Magagade próximo ao rio com o objectivo de resolver o problema criado pela seca.

¹² Quntanilha, 1955, p. 320-26; no ano de 1949 iniciaram em toda Colónia estudos de reconhecimento algodoeiro, conforme o officio cuja referência é: AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724, da Junta de Exportação de Algodão Colonial ao Governador do Distrito de Manica e Sofala, 2 de Maio de 1949

¹³ AHM, *Análise Statística, Topográfica, e Política, da Capitania de Rios de Senna, dirigida ao Soberano e Augusto Congresso das Cortes Geraes, e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, 1821 p. 24

¹⁴ Este rio é classificado, de acordo com Jackson citado por Morais, ser de tipo banco de areia, o rio cujo leito sobe a grande altura durante e logo a seguir as chuvas mas que desce rapidamente até ficar com o nível muito baixo na época seca e a água correndo por canais formados entre os bancos de areia. Vide Morais, R. T. *Estudos Ictiológicos no Rio Zambeze*. Parte I. Lourenço Marques: Brigada de Estudos Piscícolas de Cahora Bassa, 1974: 10

¹⁵ AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724, Relatório da Administração da Circunscrição de Sena, 7 de Agosto de 1952



A estas condições que estiveram na base da instalação, em Magagade, do Colonato de Magagade, ajunta-se o facto de esta região possuir um clima favorável ao cultivo e desenvolvimento da cultura de algodão (a época de chuvas inicia em Novembro e termina em Março¹⁶). Porém, conforme o primeiro extracto, esta região corria o risco de o seu solo se tornar pobre na sequência da prática da monocultura. Esta situação preocupou desde cedo as instituições cujo fim era zelar pelo desenvolvimento da agricultura. Por exemplo, a Junta de Exportação de Algodão Colonial, instituição criada em 1938 com a função de estabelecer datas obrigatórias em que o agricultor tinha de semear, ressemeiar e colher a sua cultura, definir as qualidades de algodão e fixar os preços pagos aos agricultores pelas Companhias Concessionárias e as Companhias Concessionárias à Indústria Textil Portuguesa, sugeriu ao problema uma solução, segundo a qual os agricultores deviam substituir a monocultura pela rotação de culturas¹⁷. Contudo, porque na mesma altura em que se propôs esta solução, a procura de algodão estava a registar um crescimento, a Junta de Exportação de Algodão Colonial reviu a sua solução e, no lugar da observância da rotação de culturas, aconselhou os produtores de algodão a retomarem a monocultura, conforme nos sugere o extracto que se segue: *Não se deixar alastrar o sistema de culturas intercalares com a do algodoeiro, fazendo-se todos os esforços para que esta se mantenha estreme, rigorosamente estreme: nas machambas de algodão apenas se deve cultivar algodão e nada mais*¹⁸.

Com esta medida a Junta de Exportação do Algodão Colonial pretendia levar os camponeses a aumentarem a produção de algodão perante o crescimento da procura.

¹⁶Gabinete do Plano do Zambeze. *Relatório de actividade, 1970*. Lisboa: GPZ, 1971, p. 10-13

¹⁷AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724, Relatório da Campanha Agrícola da Província de Manica e Sofala, 1950/51 da autoria da Junta de Exportação do Algodão Colonial, 1951

¹⁸AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 725, ofício da Junta de Exportação do Algodão Colonial dirigido aos Encarregados da Administração, 14 de Março de 1962

Contudo, esta medida pôs em causa a ideia da observância da rotação de culturas cujo fim era evitar o empobrecimento do solo. Porque durante o período em que o Colonato de Magagade esteve a operar se retomou a rotação de culturas, sugere-nos admitir que, o Instituto de Algodão de Moçambique, instituição que a partir de 1961 passou a encabeçar a produção e exportação do algodão nas Colónias, rompeu com as atitudes da Junta de Exportação do Algodão Colonial assentes na preocupação de levar os camponeses a produzirem mais sem olhar para o estado de conservação do solo.

I. 1. 2. Sócio-Económico

A região de Magagade, incluindo as restantes partes do então distrito de Manica e Sofala, esteve entre 1892 e 1942 sob administração da Companhia de Moçambique. Durante este período, os produtores de algodão não beneficiavam de apoio técnico e financeiro para custearem o processo produtivo, salvo o apoio constituído por sementes¹⁹. Mais tarde, depois de a região passar para a Administração Colonial Portuguesa, surgem, em 1948, as primeiras manifestações de apoio técnico e financeiro aos produtores de algodão, encabeçadas pela Junta de Exportação do Algodão Colonial. Na incapacidade de facultá-lo a todos os produtores de algodão, devido ao facto de ser exíguo, a Junta de Exportação de Algodão Colonial estabeleceu um critério de acesso baseado no sexo e idade que distinguia duas categorias de produtores, a saber: os agricultores e os cultivadores.

Os agricultores eram homens casados, com idades compreendidas entre os 18 e 55 anos, e dispunham entre um a um e meio hectare de terra de algodão para cada uma das suas esposas. Enquanto que, a categoria de cultivadores era formada por solteiros, viúvas,

¹⁹ *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Partes II e III, 1946, p. 136

mulheres divorciadas, idosos com idades que variavam entre os 55 e 60 anos, que cultivavam um hectare e meio de terra²⁰.

Este apoio, que era constituído por um bónus, assistência médica e técnica e a escolha de mais terra, dirigia-se, apenas, à categoria de agricultores (homens) justificadamente, pelo papel activo da mulher no campo agrícola, que dispensava qualquer forma de estímulo para levá-la a cultivar contrariamente ao homem²¹. Embora selectivo, este critério visava estimular e fomentar o cultivo de algodão. Esta iniciativa, estava inserida nos esforços do governo colonial português, de racionalizar o trabalho forçado²², através da administração de estímulos aos produtores. Mais tarde, entre 1960 e 1973, altura em que o Salazarismo entrou na fase de crise, caracterizada pela política de portas abertas (devido à fraqueza económica da burguesia portuguesa) e pela reestruturação económica sem apoio do capital estrangeiro para o fornecimento da tecnologia e "Know How"²³, surge outra iniciativa. Esta, foi esboçada pelo Governo Distrital de Manica e Sofala, em 1960. De entre outros objectivos, nela se distinguia o seguinte: "*incrementar a produção indígena - produção que no estado actual se encontra estagnada em razão do velho método da agricultura itinerante, uso de alfaías primitivas e desconhecimento total da recuperação das terras por meio de fertilizantes*"²⁴. Esta iniciativa previa a instalação de dois tipos de colonatos agro-pecuários, um macanizado e outro de tracção animal, através da concentração de indígenas e disponibilização de meios técnicos e produtivos. O colonato

²⁰ Pitcher, M. From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995. Cap. 6 (pp. 119-143). p.129-30

²¹ Pitcher, M. From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995. Cap. 6 (pp. 119-143). p.129-30

²² Wuyts, M. Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (1) 1980: 9 - 22, p. 11

²³ Wuyts, M. Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (1) 1980: 9 - 22, p. 11

mecanizado seria constituído por 80 famílias que deviam dispor de 6 arranca cepos, um tractor de rodas de 50 a 60 HP, uma charrua de 4 aivecas, uma grade de 11 discos, 2 tararas manuais, 2 silos de alvenaria, e, sobressalentes para maquinaria e alfaias.

O segundo tipo, o colonato de tracção animal, devia dispor de 80 famílias, divididas em duas partes, com 80 cabeças de gado para trabalho, 20 charruas, 20 grades, 4 descaroladores manuais, 2 tararas manuais, 2 silos em alvenaria 4x4x4 e respectivos sobressalentes.

Esta iniciativa, não fosse a escassez de fundos, seria suportada pelo Governo da Província e pelo "Fundo algodoeiro"²⁵. Fracassadas todas estas iniciativas cuja finalidade era fomentar a agricultura de rendimento e sobretudo o algodão, colocava-se ao I. A. M., a partir de 1961, o desafio de levar a cabo o fomento de algodão numa situação de poucos recursos financeiros disponíveis. Aeste desafio, associaram-se outros. É o caso, por exemplo, do desafio que resultou da redução de cultivadores no período entre 1958 e 1962 e que levou baixa da produção, conforme ilustra a tabela que se segue, o qual exigiu ao I. A. M. as formas de reconduzir os cultivadores desmotivados ao cultivo de algodão.

Tabela I: Evolução de Cultivadores/ Produção entre 1958 e 1962, em Sena.

Ano agrícola	1958/59	1959/60	1961/62
Cultivadores	1191	877	486
Produção (Kg)	808700	345929	183042

Fonte: Adaptado do Fundo do Governo do Distrito da Beira. Agricultura, 1962-1964. Cx. 725

²⁴ AHM. Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724, officio do Governo do Distrito de Manica e Sofala à Direcção dos Serviços Indigenas, 1960

²⁵ AHM. Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724, officio do Governo do Distrito de Manica e Sofala à Direcção dos Serviços Indigenas, 1960

Esta situação fez-se acompanhar pelo desembarque de emigrantes, em vários pontos de Moçambique, com origem na Europa (vide a tabela que se segue) que insuportados na procura de uma ocupação na área administrativa, acabavam por enveredar pela área agrícola²⁶.

Tabela II: Evolução de Emigrantes Europeus chegados a Moçambique, entre 1930 e 1970

Ano	1930	1940	1970
Nº de emigrantes	18000	27000	163000

Fonte: Adaptado de: Hermele, K. Land Struggles and social differentiation in Southern Mozambique: a case study of Chokwe, Limpopo, 1950-1987. Upsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988: 9

Nas mesmas condições, encontravam-se alguns dos ex-militares da Força Armada Portuguesa que, ao passarem para a disponibilidade depois de cumprirem o Serviço Militar na Colónia, resolveram ficar em Moçambique²⁷ e, assim, juntaram-se aos emigrantes. Esta situação constituiu também desafio às autoridades coloniais, incluindo o I. A. M., que se questionavam sobre o fim que podiam dar aos emigrantes e aos ex-militares, e, as condições que podiam administrar aos já instalados. É neste contexto que, o I. A. M. esboçou uma solução que passou pela absorção desta mão-de-obra incluindo, em número reduzido, a dos antigos produtores.

O facto de o Colonato de Magagade ter sido maioritariamente constituído por colonos brancos, é elucidativo desta situação²⁸.

²⁶ Notícias da Beira, 21 de Junho de 1967. P. 1 ; Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

²⁷ Notícias da Beira, 21 de Junho de 1967. P. 1 ; Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

²⁸ "Neste espaço de pouco mais de um ano, fixaram-se, (...) 32 europeus. Alguns já tem consigo as suas famílias, enquanto outros—a maior parte ainda na força da sua juventude—aguardam as suas esposas. Todos tem planos, muitos planos. Uns fazem contas, outros

II. Estrutura Administrativa do Colonato

O I. A. M. dispôs na administração técnica do colonato de uma estrutura composta por um regente agrícola (no topo), a seguir, dois agentes agrícolas e, por último, um auxiliar técnico.

Ela fazia a assistência técnica às culturas durante todo o processo produtivo até à fase da comercialização. Além disso, ela executava o plano de culturas definido pela delegação do I. A. M. da Beira. Porque a equipa técnica era pequena comparativamente ao espaço de acção, esta situação causava admiração a algumas pessoas que visitavam o colonato e manifestavam-na da seguinte maneira: “ *Tão pequeno (o grupo de técnicos) que chega a parecer um milagre como eles cobrem uma área tão vasta e tão dispersa* ”²⁹. O colonato de Magagade, especificamente, com 50 mil hectares de terra e um efectivo de 100 colonos, é elucidativo desta situação.

O I. A. M., inculindo a sua delegação da Beira, representava os interesses da economia portuguesa, sobretudo da área têxtil, a quem a estrutura técnica do colonato prestava contas do seu exercício. Dentre outras tarefas da responsabilidade da delegação do I. A. M. da Beira há a destacar que devia projectar e executar trabalhos de apoio à agricultura como sejam a instalação de sistemas de rega e bombagem, construção de barragens, acudes, canais, estradas e armazéns³⁰. O produtor, identificado como colono, tinha a tarefa de produzir conforme as orientações estabelecidas pela estrutura técnica³¹.

fazem promessas. outros ainda tem em mente uma data para casamento por procuração.(...) A maior parte deles são militares que passaram à disponibilidade e que agora se abalançaram a lançar os alicerces do futuro nessa vida dura e aventureira do cultivo da terra” Notícias da Beira, 1967 p.1: (...) são, na sua grande maioria, militares desmobilizados que resolveram ficar em Moçambique, havendo, entanto, outros que, após várias tentativas para se fixarem na província, nos variados misteres, se inscreveram como colonos.”. vide: Diário de Moçambique, 1967. p. 8

²⁹ Diário de Moçambique, 1967 p.8

³⁰ Diário de Moçambique, 1967 p.8

Capítulo II. O sistema de cultivo de Algodão em Moçambique, de 1895 a 1966

I. 1. O cultivo e fomento

Porque o conhecimento do período anterior à instalação do Colonato de Magagade vai facultar-nos, entre outros fins, a compreensão da dinâmica operada na produção e destinação do algodão, abordaremos, neste capítulo, o cultivo e fomento de algodão desde 1895 (altura em que Portugal iniciou o processo de consolidação da conquista efectiva de Moçambique) até 1966 (ano em que o Colonato foi instalado). Neste contexto, muito embora até 1895 em Moçambique se cultivasse o algodão, o seu consumo era feito pelo mercado interno. Por exemplo, em Sena, conforme atesta o extracto que se segue, a população nativa e colona é que consumia este produto: *O algodão em rios de Sena hé mui abundante pela propriedade de terreno e o seu uso não hé menos vulgar entre os cafres colonos, e entre os brancos para consumo do interior dos certões*³². Com o algodão produzia-se alguns bens como é o caso de tecidos designados por machilas³³ que eram confeccionados pelos Marave (séc. XVI-XIX) em quantidade e em qualidade considerável, em que, numa fase, os Senhores Prazeiros cobravam-nos aos seus súbditos, a título de impostos³⁴. Além disso, as machilas entravam no leque de bens de comércio com o exterior e chegavam a competir, em termos de qualidade, com os tecidos de origem Indiana³⁵. Estes tecidos eram trocados por missangas de vidro colorido, porcelanas, louça vidrada e finas garrafas de vidro trazidas

³¹ Notícias da Beira, 1967 p.1

³² AHM. *Analyse Statistica, Topográfica, e Política, da Capitania de Rios de Sena, dirigida ao Soberano e Augusto Congresso das Cortes Geraes. e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, 1821. p.27

³³ As machilas eram tecidos de algodão confeccionados pelos Marave (sec. XVI-XIX). Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. *História de Moçambique-Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores (200/300-1886)*. Maputo: Editorial Tempo, 1982. Vol. I, p. 71

³⁴ Maruo (26 panos de algodão), Sacora (26 machilas e 26 galinhas) e Missonco (31 machilas) eram os três tipos de imposto cobrados nos Prazos. Vide, Liesegang, G. Sofala, Beira e a sua Zona (c. 900-1894). *Arquivo*. Maputo (Moçambique), 6:21-64; Out. de 1989, p. 29

³⁵ Sobre o comércio das Machilas, veja a parte que respeita aos Estados Marave (Sec. XVI-XIX). *História de Moçambique*, Vol. I, p. 74-75

por mercadores árabe-swahili³⁶. A partir de 1895, Portugal confrontado com a necessidade de domínio de novos mercados para a venda de produtos industriais, a posse de matérias primas, a exploração de mão-de-obra barata e a aquisição de lucros face aos problemas com que a sua economia se debatia³⁷, encontrou em Moçambique a solução para os mesmos. O seu sector têxtil, por exemplo, muito embora tivesse experimentado maior progresso até aí, debatia-se com problemas de insuficiência de matéria prima e da necessidade de novos mercados para a venda de produtos manufacturados³⁸, o que o levou a sugerir, como solução, o fomento da cultura de algodão em Moçambique e Angola mas também e sobretudo a transformação de ambos territórios em principais consumidores de produtos elaborados. Quer dizer, ao mesmo tempo que transformava as colónias em produtoras de matérias primas, convertia-as em mercados de produtos elaborados. É neste contexto que, em Angola e Moçambique, se desenvolveu a cultura de algodão, de que a indústria têxtil portuguesa carecia³⁹. Mas também, é no seio desta dinâmica que, em Moçambique, o algodão passou a ser um produto de exportação.

Porém, este projecto não foi, na íntegra, levado a cabo por Portugal porque, desde cedo, mostrou-se incapaz de exercer uma administração efectiva sobre as suas colónias, facto que o obrigou a ceder áreas extensas (cerca de 1/3 do território de Moçambique) que

³⁶ Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane. *História de Moçambique-Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores (200/300-1886)*. Maputo: Editorial Tempo, 1982. Vol. I, p. 61

³⁷ A economia portuguesa apresentava o seguinte quadro de problemas: o sector agrícola não produzia o suficiente para satisfazer as necessidades da população pelo que recorria, constantemente, à importação de cereais; este sector, encontrava-se sob tutela de latifundiários e, nele ainda não havia sinais de mecanização agrícola; o único produto agrícola exportado era, apenas, a cortiça; o sector industrial estava, por outro lado, atrasado e tinha a crise de escassez de matérias primas, mão-de-obra, energia e ferro. Contudo, há a realçar que este sector era controlado por capitais estrangeiros, maioritariamente ingleses. Vide: Azevedo, A. *História Viva*. Lisboa: Plátano Editora, 1986, p. 80-81

³⁸ Em 1880 podiam-se contar 108 000 fusos e 1000 teares a operarem em Portugal. Este número viria a aumentar situando-se em 230 000 fusos, em 1901. Em 1907 já se contavam 11 000 teares. Vide: Isaacman, A. Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V (pp. 195-237), p. 199

³⁹ *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Partes II e III, 1946, p.135

dariam resposta a inúmeros problemas levantados pela indústria textil, principalmente o da matéria prima às Companhias Magestáticas e arrendatárias.

Esta atitude baseiou-se na crença de que, as actividades das Companhias também se circunscreviam no propósito que norteou a conquista dos territórios africanos. O facto de estas Companhias terem sido outorgadas amplos direitos políticos e sócio-económicos, elucida a fraqueza de Portugal em exercer uma administração efectiva sobre a totalidade do território mas também a confiança de que as actividades das Companhias eram uma continuação das que projectava desenvolver. Tal, é o caso da actividade agrícola, que devia responder às suas necessidades económicas, que não só se desenvolveu com muita expressão fora do espaço das Companhias mas também e sobretudo no seio das Companhias.

A Companhia Magestática de Moçambique (1892-1942), cuja área ocupada compreende as actuais províncias de Manica e Sofala, é exemplo elucidativo deste processo. Ela gozava de direitos exclusivos, nomeadamente, a construção e apropriação de comunicações terrestres, marítimos e portos, com excepção de afluentes do Save e do Zambeze; indústria mineira; pescado coral e pérolas; caça aos elefantes e outra fauna bravia; domínio de todos os terrenos livres na área concedida, com excepção dos Prazos da Coroa, mas que podia administrá-los de acordo com as leis em vigor; faculdade de arrendar e transmitir qualquer dos seus direitos exclusivos assim como o domínio dos seus terrenos; faculdade de lançar taxas e cobrar contribuições; liberdade de exercer qualquer ramo de comércio, indústria, agricultura e colonização, possibilidade de criar sociedades bancárias com faculdade de emissão de notas ou quaisquer outras instituições

de crédito; faculdade de criar delegações no estrangeiro quando o montante de acções em poder de estrangeiros o justificasse⁴⁰.

Nos primeiros anos do século XX, guiada pelo lucro, a Companhia de Moçambique e suas subconcessionárias, organizou a produção e a exportação de algodão. Em 1915 impôs aos agricultores a obrigatoriedade do cultivo de algodão contra a liberdade com que esta se praticava⁴¹. Esta medida abrangeu todas as regiões da Companhia incluindo aquelas que já cultivavam o algodão em quantidades consideráveis, como era o caso da região de Magagade. Até o ano de 1915 o cultivo de algodão na Companhia de Moçambique era por conta própria do produtor. Contudo, depois do ano em apreço, o Governo da Companhia adoptou uma política de apoio aos cultivadores de algodão, através da distribuição de sementes, aquisição de colheitas por conta do Estado e outras facilidades, tais como, isenção de imposto de palhota a quem apresentasse um mínimo de 200 quilos de algodão já descaroçado⁴². Por outro lado, no espaço territorial sob administração colonial portuguesa, os agricultores praticavam o cultivo livre de algodão com recurso ao apoio prestado pelo Estado (em sementes, crédito agrícola e compra de colheitas ao agricultor)⁴³.

Porque o agricultor nos anos de má colheita não conseguia devolver ao Estado o apoio que lhe era prestado para custear o processo de produção, o que o levava a comprometer-se em fazê-lo no ano seguinte, assim sucessivamente, podemos ajuizar que, essa liberdade de cultivo de algodão não era um direito duradouro. Este juízo resulta do facto

⁴⁰ Da Costa, I. No Centenário da Companhia de Moçambique. *Arquivo*. Maputo (Moçambique), 6: 65-76: Outubro de 1989, p. 70

⁴¹ Isaacman, A. Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V (pp. 195-237). p.199

⁴² *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Partes II e III, 1946, p.136

⁴³ *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Partes II e III, 1946, p.136

de o agricultor, na impossibilidade de reembolsar o empréstimo no ano seguinte, devido, presumivelmente, ao fenómeno de cheias e secas alternadas, acabava agravando o vínculo de dependência perante o Estado (baseado na dívida contraída durante o processo produtivo).

Porém, este apoio não solucionou o problema da escassez de algodão na indústria têxtil portuguesa, que se encontrava em franco crescimento. Perante esta situação, o governo republicano português (1910-1926), na tentativa de inverter o *status quo*, leva a cabo em 1925 estudos de reconhecimento algodoeiro em Angola e Moçambique.

Nesse âmbito, chega a Moçambique James Evans, um técnico algodoeiro americano, quem, no seu relatório, afirmou ser viável o projecto algodoeiro e sugeriu ao governo que desenvolvesse um programa metódico de Investigação Científica por forma a obter uma cultura estável de algodão na colónia⁴⁴.

Decorrente do golpe de Estado de 1926, em Portugal, os republicanos são afastados do poder e ascende a ala da direita. Resultante destes acontecimentos, as iniciativas de reconhecimento algodoeiro foram interrompidas e, em seu lugar, adoptou-se uma política de algodão que visava responder ao novo papel das colónias na sua relação com a metrópole, o de reservatório da classe capitalista portuguesa nascente, fornecedores de matérias primas e o de mercados para a metrópole⁴⁵.

As bases da nova política de algodão foram expressas no decreto 11 994, de 1926, da autoria de João Belo, então Ministro das Colónias. Concedeu-se através do referido

⁴⁴ Quintanilha, A. 1955, p. 320

decreto a determinadas Companhias o direito exclusivo de compra de algodão aos indígenas de uma dada região, a preços fixados antecipadamente pelo próprio Estado, assim como a obrigatoriedade de elas comprarem todo o algodão produzido⁴⁶.

A implementação deste decreto coincide com a grande crise económica dos anos 20 que provocou a ruína dos preços de algodão.

Como consequência directa desta situação, os produtores ficaram desmotivados de produzir. Para testar este juízo, basta dizer que, entre 1928 e 1931, a indústria têxtil portuguesa consumiu, no total, cerca de 17 200 toneladas de algodão por ano, sendo a contribuição de Moçambique e Angola de apenas 772 toneladas de algodão por ano, o que equivale a dizer 4,5% , contra 5% de 1926.

O problema requeria uma solução urgente porque embora os preços de algodão tivessem decrescido e, por consequência, os agricultores estivessem desmotivados para produzir, as indústrias têxteis continuavam a operar e o seu consumo ia, por consequência, crescendo. O facto de o consumo médio anual entre 1928 e 1931 ter sido de 17 200 toneladas, entre 1932 e 1937 e ter registado uma subida para 24 000 toneladas de algodão por ano é elucidativo desta panorâmica⁴⁷.

Perante esta situação, sugeriu-se uma nova solução. Assim, a despeito de reconduzir o agricultor, já desmotivado, ao cultivo de algodão e, desta feita, estimular o aumento da produção, o Governo Colonial introduziu um novo Código de Trabalho em 1928 que anulou a obrigatoriedade moral e legal de o Indígena procurar adquirir, pelo trabalho, os

⁴⁵ Isaacman, A. Camponeses. Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V, (pp. 195-237), p.200

⁴⁶ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (119-143), p.123

meios que lhe faltassem para subsistir e melhorar a sua condição social, consignada na lei de 1899.

Este novo instrumento normativo deu ao Estado direitos de estabelecer os métodos pelos quais o indígena melhoraria a sua condição social.

Por outro lado, proibiu as Companhias Privadas de compelir os africanos ao cultivo de algodão. Conferiu, também, aos administradores dos concelhos e chefes de postos administrativos a tarefa de levar os agricultores a cultivarem e a colherem o algodão⁴⁸.

Todavia, o novo Código de Trabalho, longe de reconduzir o agricultor ao cultivo de algodão, conduziu-o ao desapego, o que resultou na redução da produção. O volume reduzido das exportações feitas para Portugal nesta fase mostra este fenómeno⁴⁹. A desmotivação foi também consequência de práticas adoptadas pelas empresas algodoceiras para reproduzirem o seu capital como seja, a pilhagem ao campesinato que vivia nas proximidades dos mercados e das fábricas de descaroçamento⁵⁰.

Fracassada a solução ao problema algodoceiro proposta pela introdução do Código de Trabalho de 1928, o Prof. Armindo Monteiro, então Ministro das Colónias, sugeriu uma nova solução. Para o efeito, num decreto de 1932, estabeleceu o princípio da fixação de preços mínimos para a rama produzida nas colónias e exportada para a metrópole em barcos portugueses. Quando os preços do mercado internacional baixassem até o

⁴⁷ Quintanilha, A. 1955, p. 321; Isaacman, A. Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V, pp. 195-237, p.200

⁴⁸ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (pp.119-143). p.124

⁴⁹ Entre 1928 a 1931 a média de exportação anual de Moçambique e Angola para Portugal situou-se em 4, 5% ton de rama, contra 5% em 1926

⁵⁰ Isaacman, A. Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V (pp. 195-237), p.201

correspondente a 8\$00 por quilo de rama, para determinado tipo de algodão, o Estado pagaria a diferença sob a forma de prémio de exportação e aos industriais seria entregue ao preço do mercado externo.

Esta medida visava, por um lado, atrair mais Companhias algodoeiras a investirem nas colónias⁵¹ e, por outro, estimular o agricultor no cultivo de algodão sem o uso de quaisquer formas de coação.

Como resultado desta medida, entre 1932 e 1937 a contribuição média anual de Moçambique e Angola subiu comparativamente ao período anterior (1928 a 1931) situando-se em 11 300 toneladas de rama, equivalente a 36,6 % do consumo metropolitano⁵² percentagem esta que viria a crescer no ano seguinte, 1938, para 39%. Todavia, o algodão proveniente das colónias continuava insuficiente para satisfazer as necessidades do mercado têxtil português.

Assim, a despeito de incrementar a produção algodoeira nas colónias e vincular a Indústria Têxtil Portuguesa apenas aos esquemas do algodão colonial⁵³, o Estado Metropolitano decide embargar todas as medidas anteriores de certa forma inviabilizadoras da sua produção.

Foi no contexto desta dinâmica que se criou em 1938 a Junta de Exportação de Algodão Colonial tendo-se conferido poderes de intervir na produção, estabelecendo datas obrigatórias em que os agricultores tinham de semear, ressemeiar e colher a sua cultura,

⁵¹ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (pp.119-143) p.123; Isaacman, A. et Chilundo, A. Peasants at Work: Forced Cotton Cultivation in Northern Mozambique, 1938-1961. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.7, pp.119-143, p.152; Isaacman, A. Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V, pp (195-237), p. 200-201

⁵² Quintanilha, A. 1955, p. 321

definir as qualidades de algodão e fixar os preços pagos aos agricultores pelas Companhias Concessionárias e as Companhias Concessionárias à Indústria Têxtil Portuguesa⁵⁴.

Além da necessidade de incrementar a produção de algodão em Angola e Moçambique, a criação da J. E. A. C. justificava-se também pela melhoria da baixa qualidade de algodão, aumento do número de oficiais agrícolas ligados às Repartições de Agricultura, acompanhado de uma formação⁵⁵. As Companhias interessadas em investir na área algodoeira, a partir de então, passavam a subordinar-se às orientações da Junta de Exportação de Algodão Colonial. Até 1946, encontravam-se inscritas 11 Companhias a gozarem de direitos de exploração das respectivas concessões e de um poder policial.

No norte operavam a Sociedade Agrícola Algodoeira, a Sociedade Algodoeira do Niassa, a Companhia dos Algodões de Moçambique, a João Ferreira dos Santos, a Monteiro e Giro, a Lopes e Irmão e a Companhia da Zambézia; no centro, a Companhia Nacional Algodoeira, a Sena Sugar Estates, a Companhia Colonial do Búzi e; no sul a Companhia Algodoeira do Sul do Save⁵⁶.

Com a eclosão da IIª Guerra Mundial, a procura de matéria prima aumentou. As Companhias concessionárias, na tentativa de maximizarem a oferta de algodão ao

⁵³ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (pp. 119-143). p.123

⁵⁴ Isaacman, A. et Chilundo, A. Peasants at Work: Forced Cotton Cultivation in Northern Mozambique, 1938-1961. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.7(pp. 119-143), p.153

⁵⁵ Quintanilha, 1955, p. 322

⁵⁶ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6, pp.119-143, p.122. Isaacman refere-se a existência de 12 Companhias Concessionárias e situa-as, geograficamente, num mapa ausente. Isaacman, A. Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em

mercado têxtil Metropolitano, viram-se na contigência de recrutar à força mais mão-de-obra. Apoiaram-se, para o efeito, nas autoridades tradicionais (régulos) que através do recurso à força, compeliram os camponeses a produzirem o algodão, prática essa sancionada em 1942, por intermédio de uma circular ⁵⁷. A região norte que em 1937 possuía cerca de 80 000 cultivadores de algodão, em 1940, aumentaram para cerca de 350000 e; em 1943, 445 000⁵⁸ é exemplo elucidativo deste fenómeno. O esforço desenvolvido no aumento da produção através do recrutamento da mão de obra, durante os anos de guerra, não se reflectiu na quantidade de algodão exportada de Moçambique para Portugal que, se situou abaixo da registada no período anterior. Basta referir que entre 1936 e 1940 a média de exportação de algodão de Moçambique para Portugal situou-se em 24 739 ton de rama por ano, quantidade essa que baixou para 15. 510 ton de rama por ano, entre 1941 e 1944⁵⁹.

Quando terminou a IIª guerra Mundial, a exportação de algodão de Moçambique para Portugal registou um novo crescimento. Em 1946, Portugal importou de Moçambique 29004 ton, de Angola 8678 ton e do resto do Mundo, 1803 ton. Equivale dizer, de todo algodão exportado para Portugal, em 1946, Moçambique contribuiu com 73, 4% contra 21, 9% de Angola e, 4, 5% do resto do Mundo. A superfície cultivada também, acompanha, até 1941, o aumento do número de cultivadores. Entre 1939-1940 cultivava-se, em Moçambique, uma superfície de 4 591hectares e, entre 1940-1941, passou-se para

Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V, pp. 195-237, p.201

⁵⁷ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (pp. 119-143), p.124

⁵⁸ Isaacman, A. et Chilundo, A. Peasants at Work: Forced Cotton Cultivation in Northern Mozambique, 1938-1961. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.7 (pp. 119-143), p.157

7 733 hectares. Nos anos que se seguiram 1941/42, 1942/43 e 1943/44 a superfície decresceu aos níveis de 6 848, 5 665, 5 291 hectares, respectivamente⁶⁰. Assim, podemos ajuizar que o crescimento da área de cultivo é reflexo do aumento do número de cultivadores. Todavia, o decréscimo da superfície cultivada reflecte as sanções impostas às Companhias Concessionárias pelo recrutamento forçado de cultivadores de algodão, a partir de 1942, que resultou no decréscimo do número de cultivadores. Enquanto em 1946 contavam-se 633 304 cultivadores, em 1954 reduziram para 514 188⁶¹. Contudo, a J. E. A. C. continuou a desenvolver esforços para o aumento da quantidade e qualidade de algodão. Nessa ordem, cria em 1943 o Centro de Investigação Científica Algodoeira (C. I. C. A.) e incumbe-lhe a tarefa de estudar os problemas que, directa ou indirectamente se relacionavam com a produção, utilização da fibra algodoeira e o aproveitamento dos sub-produtos.

Com a criação do C. I. C. A., a J. E. A. C. pretendia dotar-se de uma estrutura que lhe garantisse a experimentação agrícola baseada em trabalhos de investigação científica. O trabalho do C. I. C. A. centrou-se, sobretudo, nas áreas de agronomia, citologia e genética, entomologia, fitopatologia, botânica e solos. Em 1946, data do início do seu funcionamento, procede, em Moçambique, ao reconhecimento ecológico-agrícola com o objectivo de conhecer o meio ambiente (clima, solos e vegetação). Este trabalho, resultou na definição de locais aonde se podia cultivar o algodão e classificou-os de acordo com a sua aptidão. A seguir, o C. I. C. A. foi substituindo, paulatinamente, as variedades de algodão que, em Moçambique e Angola, se cultivavam. Antes de se plantarem variedades

⁵⁹ *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Partes II e III, 1946, p.151

⁶⁰ *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Partes II e III, 1946, p.138

novas, eram primeiramente ensaiadas, nas Estações Experimentais do C. I. C. A., aplicando-se o método Comparativo. O recurso a este método justificava-se pela necessidade de melhorar as características comerciais e culturais de algumas variedades de algodão⁶². As novas variedades eram posteriormente entregues às Companhias Concessionárias para a sua multiplicação. Além disso, o C. I. C. A. ocupou-se com o reconhecimento de doenças e pragas, que afectam a cultura de algodão, a sua incidência e distribuição geográfica bem como os pesticidas necessários para a sua erradicação.⁶³ Nos anos que se seguiram, assistiu-se ao crescimento da produção e, em paralelo, à redução da área de cultivo. A título demonstrativo, em 1943 produziu-se cerca de 61 toneladas de algodão caroço, numa área de 344 000 ha e, em 1953 a produção situou-se além de 125 000 ton, numa área cultivada de 275 000 ha. A produção de 1943, rendeu às Companhias cerca de 140 milhares de contos e em 1944 subiu para 200 milhares de contos⁶⁴. Os trabalhos desenvolvidos pelo C. I. C. A. conduziram a uma nova política algodoeira. Esta política foi expressa pelo decreto lei 35 844 de 1946 que estabeleceu a obrigatoriedade de cultivo de algodão, em certas zonas previamente definidas com o uso da mão de obra local sem recurso à coação. O mesmo decreto proibiu os africanos de trabalharem para mais de uma Companhia. Também definiu que os riscos inerentes à produção de algodão pelos africanos seriam reduzidos através da eliminação de áreas impróprias ao cultivo e através de um apoio técnico que seria facultado pelas

⁶¹ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6, pp. 119-143, p.131

⁶² Quintanilha, 1955, p 324-326

⁶³ Quintanilha, 1955, p 324-327-328

⁶⁴ *Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, Partes II e III, 1946, p.151; Quintanilha, 1955, p. 329

Companhias Concessionárias e pela Junta de Exportação de Algodão⁶⁵. Na verdade, quer a eliminação de locais impróprios ao cultivo, quer o apoio técnico aos cultivadores eram funções da responsabilidade do C. I. C. A. Além disso, o decreto-lei de 1946, recomendou as Companhias Concessionárias a observarem a policultura no cultivo de algodão (o algodão associado a outras culturas) como forma de evitar a erosão⁶⁶. Ao adoptar esta política, mais precisamente nas zonas de cultivo, o Governo Colonial pretendia estancar os problemas do meio inerentes à produção de algodão. Neste contexto, com o propósito de encontrar formas de estimular os produtores de algodão e, desse modo, levá-los a produzir mais, a J. E. A. C. introduziu, em 1948, a classificação de produtores de algodão.

Assim, distinguiu os agricultores de cultivadores. Aos primeiros, os agricultores, definiu-os como homens casados, com idades compreendidas entre os 18 e 55 anos, que cultivavam um a um e meio hectare de terra de algodão para cada uma das suas esposas. Os cultivadores eram solteiros, viúvas, mulheres divorciadas e, ou idosos com idades que variavam entre os 55 e 60 anos que cultivavam o algodão em cerca de um hectare e meio de terra e, em igual área, desenvolviam as culturas alimentares⁶⁷.

Com base nesta distinção, a J. E. A. C. passava a dispor de um mecanismo selectivo dos produtores na ajuda técnica e financeira. Somente a categoria de agricultores (homens) beneficiou dessa ajuda. Ela era constituída por um bónus, assistência médica e técnica e a escolha de mais terra para o incremento algodoeiro.

⁶⁵ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6, pp. 119-143, p.129

⁶⁶ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6, pp. 119-143, p.129

Para a J. E. A. C. a adopção deste mecanismo distintivo, baseava-se no facto de acreditar no papel activo da mulher na prática agrícola que dispensava, à partida, qualquer tipo de apoio, relativamente ao homem que, carece de algum estímulo para desenvolver o cultivo, em especial o de algodão⁶⁸.

Contudo, os anos que se seguiram (1949/50 e 1950/51) foram secos. Ainda que a produção tenha superado os níveis antigos no período anterior, conforme valores anteriormente expostos, o incentivo técnico e financeiro prestado à categoria de agricultores não teve o resultado esperado. Basta referir que, em algumas zonas, com destaque particular para Sena, a contribuição média anual de algodão por indígena que nos anos considerados normais, se situava em cerca de 800 kg, baixou neste período para 450 kg⁶⁹.

Esta situação, levou o governo colonial a intervir outra vez, estabelecendo através do decreto 40 405 de 1955, que o cultivo nas zonas algodoeiras seria acompanhado por um plano previamente definido para a assistência às culturas e ao agricultor. Por outro lado, o governo comprometeu-se, pelo mesmo decreto, a proteger os agricultores contra os riscos causados pelos incentivos técnicos financeiros do Fundo Algodoeiro⁷⁰. A introdução desta medida tinha por fim evitar que os agricultores abandonassem a prática do cultivo de algodão, devido ao drama ecológico (a seca) com o qual se debatiam. Porém, porque não houve materialização das promessas dispostas no decreto 40405 de 1955, continuou a assistir-se à desistência de produtores. Por exemplo, a Companhia Nacional Algodoeira,

⁶⁷Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6, pp. 119-143, p.129-30

⁶⁸ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (pp. 119-143), p.129-30

⁶⁹ AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx724, Relatório da Administração da Circunscrição de Sena, 7 de Agosto de 1952

numa nota informativa, de 26 de Novembro de 1962, dirigida ao Encarregado do Governo de Manica e Sofala, relata esta situação da seguinte maneira: *Na área de Magagade (Sena-Sede) foi também considerável a baixa do número de agricultores inscritos principalmente nos postos de compra mais recónditos*⁷¹. Para a Administração Colonial a desistência de produtores prendia-se ao facto de as Companhias Concessionárias estarem apenas interessadas em colher dividendos sem sequer olhar para a situação económica e social dos produtores conforme atesta, por exemplo, o extracto do Relatório da Administração de Sena dirigido ao Secretário Distrital da Administração Civil de Manica e Sofala, onde se pode ler: *A concessionária vê apenas os seus interesses mas nunca cuidou de mitigar as necessidades dos agricultores e cultivadores nos maus anos agrícolas ou de auxiliá-los em crises como as surgidas nos últimos três anos*⁷². Esta situação concorreu para que, em 1961, se criasse, pelo decreto-lei nº 43 875, no lugar da Junta de Exportação de Algodão Colonial, o Instituto de Algodão de Moçambique⁷³. O novo organismo, num esforço de dar uma nova dinâmica ao cultivo e fomento de algodão, abole o sistema de zonas algodoceiras (Decreto-lei 45 179 de 1963), rompe com algumas práticas da Ex-J. E. A. C., nomeadamente, a gestão da força laboral nos campos algodoceiros, condução de pesquisas, classificação de algodão, estabelecimento de preços, organização de mercados e a fixação do limite das Concessões, assim como se lança na expansão da área de cultivo de algodão através da provisão de terra, infraestruturas,

⁷⁰ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6 (pp. 119-143). p.130

⁷¹ AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 725, A Companhia Nacional Algodocira, 1962

⁷² AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 725, Administração de Sena, 8 de Abril de 1963

⁷³ AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 725, Instituto de Algodão de Moçambique, 1962

alfaias, ferramentas, crédito, entre outros meios e factores produtivos⁷⁴. Foi neste contexto que, a partir de 1966 institui os colonatos agrícolas de Magagade, Inhangoma e Canda-Nhabirira e os ordenamentos de Murema, Inhangoma e Canda. Nos colonatos, o agricultor era colono e dispunha de mais terra (em média, cerca de 50 hectares), de meios financeiros e técnicos diversos (aos quais retomaremos mais adiante). Enquanto que, nos ordenamentos, o agricultor era ordenado, a sua terra não ia além de 10 hectares e os meios financeiros e técnicos, à sua disposição, eram também escassos⁷⁵.

⁷⁴ Pitcher, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995. Cap.6 (pp. 119-143). p.137

⁷⁵ Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

Capítulo III. O sistema de cultivo de algodão em Magagade, 1966-1975

III. 1. O Acesso à terra

O processo de instalação do Colonato de Magagade passou, em parte, pela identificação da área de cultivo. Nessa ordem, foi identificada uma área apta de 50 mil hectares de terra, onde se podia desenvolver o cultivo de algodão. Contrariamente a outros projectos de colonatos, nos quais os anteriores agricultores tinham perdido a sua terra durante o processo de instalação do colonato⁷⁶, o colonato de Magagade foi instalado numa área desocupada, conforme atestam as declarações do então delegado do I. A. M. da Beira, Eng^o Estevão Centeno, ao Diário de Moçambique que passamos a citar: “ *Nós não forçámos ninguém. Temos pelo contrário, o máximo cuidado nesse aspecto do problema. A a fixação de colonos é feita em zonas desocupadas.* ”⁷⁷

Por esse motivo, o I.A.M. adoptou critérios pelos quais os produtores interessados em cultivar o algodão passavam a pertencer ao colonato e, assim, beneficiavam da terra, entre outros factores e meios de produção. O primeiro desses critérios era a inscrição junto à administração de Vila Fontes, sede da Circunscrição de Sena⁷⁸, conforme atestam as fontes orais, quando interrogadas sobre quem teria sido admitido ao colonato. Domingos José Titos, então colono e fumo na hierarquia política do regulado de Kamba, respondeu que teriam sido “ *Aqueles que se haviam inscrito na Administração.* ”⁷⁹ Enquanto isso, Filipe Semente, também então colono, disse-nos que, “ *avisaram-nos que quem quisesse fazer o trabalho da machamba podia alistar-se junto à Administração.* ”⁸⁰

⁷⁶ Hermele, K. *Land Struggles and social differation in Southern Mozambique: a case study of Chokwe, Limpopo, 1950-1987*. Upsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988. p. 39-40

⁷⁷ Diário de Moçambique, 21 de Junho de 1967 . p.1

⁷⁸ Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

⁷⁹ Entrevista com Domingos José Titos. Caia, 8 de Fevereiro de 2001

⁸⁰ Entrevista com Filipe Semente. Caia, 19 de Fevereiro de 2001

Se bem que, a alistagem junto às autoridades Administrativas pudesse garantir o acesso ao colonato, há dados que nos sugerem concluir que, não era o único recurso que o I. A. M. usava. Este juízo é atestado por um dos técnicos da estrutura técnica do colonato que disse: *“Depois de inscrito e aceite é instalado.”*⁸¹

Isto pressupõe que nem todos, após a inscrição, eram admitidos ao colonato. Também a sua admissão passava pela aceitação, o que nos sugere interrogar em que outros critérios ela teria assentado.

De acordo com as fontes orais a aceitação assentou nos critérios raça, confiança e dedicação. Domingos José Titos, por exemplo, admite ter assentado no critério rácico segundo nos sugere o excerto que passamos a citar *“Não tenho certeza que tenha sido isso, mas pela confiança que os brancos da Empresa depositavam em cada uma dessas famílias. Só que eles eram a maioria. Bem eu acho que eles tinham mais confiança nas pessoas da sua própria raça, do que de nós negros.”*⁸²

A nossa fonte manifesta a superioridade rácica branca, em detrimento da negra no acesso ao colonato. Além disso, ela realça que a confiança que os instaladores tinham em relação aos inscritos era outro critério que definia a aceitação. Amós Muingate, então colono, associa-se a este juízo nos seguintes moldes: *“E, que garantissem aos brancos que fariam bom uso daquele valor.”* O valor de que o entrevistado faz referência, ao qual retomaremos, é de carácter monetário que o colono recebia no início da campanha agrícola com o propósito de custear o processo produtivo. O outro critério que definiu a aceitação foi a dedicação que os antigos produtores demonstraram para com os trabalhos agrícolas. Nesse contexto, Joramo José Joramo disse: *“(...) o homem branco não gostava*

⁸¹ Diário de Moçambique, 1967. P. 8

⁸² Entrevista com Domingos José Titos. Caia, Nhambalo, 8 de Fevereiro de 2001

de preguiçosos. *Aqueles que ele viu no primeiro ano da instalação da Fábrica [refere-se ao colonato] que produziam muito, criou facilidades de terem tractores e usarem a água que vinha da bomba.*"⁸³ A existência de apenas 21 colonos no fim do primeiro ano do funcionamento do colonato de Magagade (1966/1967) numa área projectada para 100 colonos, elucida a preocupação do I. A. M. em seleccionar os produtores que mostrassem dedicação aos trabalhos agrícolas⁸⁴.

O colono, depois de inscrito e aceite, era instalado. O processo de instalação compreendia a provisão de um espaço para a habitação e recursos financeiros para erguê-la assim como de meios para a aquisição de alimentos. O Diário de Moçambique relata este processo da seguinte maneira: "*Depois de inscrito e aceite é instalado. Começa a receber um subsídio mensal de 1000\$00 para alimentação e constroi a sua casa. Se é solteiro, ou não tem a família logo junto dele, vai para uma pequena casa, ou palhota; é-lhe distribuída a gleba em preparação. Se tem família, ou pensa em mandá-la vir para junto de si, ele mesmo, com ajuda do Instituto começa a fazer a casa do 1º tipo, que, apesar de já ser muito apresentável e coberta a lusalite, é ainda maticada, mas tem a vantagem de custar apenas 25 contos. A casa definitiva, já em alvenaria, custa cerca de 70 contos(...).*"⁸⁵

Na mesma altura em que isto se operava, o colono recebia a terra, entre outros meios e factores produtivos como sejam o crédito agrário, as alfaias, os tractores, etc., a fim de iniciar com o processo produtivo.

⁸³ Entrevista com Joramo José Joramo. Caia, Nhambalo, 9 de Fevereiro de 2001

⁸⁴ Notícias da Beira, 1967, p. 2

⁸⁵ Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

III. 2. O Acesso ao Crédito Agrário, ao sistema de irrigação por bombagem, aos tractores e às alfaías agrícolas

a) O crédito Agrícola

O Instituto de Algodão de Moçambique ao instituir o crédito agrário pretendia apoiar o colono na preparação da terra, na sementeira, na colheita, entre outras fases do processo produtivo, que envolvem custos financeiros. Esse crédito não variava de acordo com a extensão de terra que cada um possuía mas segundo a vontade do colono⁸⁶ e era entregue em cheque ao próprio colono conforme disse Domingos José Titos: “ (...) o branco dava-nos esse cheque, com o qual levantávamos dinheiro no Banco.”⁸⁷ O crédito era descontado ao colono no fim de cada ano agrícola. Porém nem sempre o colono conseguia devolver toda a quantia emprestada pelo que se comprometia a fazê-lo no ano seguinte⁸⁸. Geralmente, quem estabelecia a quantia de desconto eram as autoridades do Instituto de Algodão de Moçambique. Inúmeras vezes, as nossas fontes disseram não terem podido pagar o valor do cheque mas que a generosidade das autoridades transferia essa obrigação para o ano seguinte.

Também nos disseram que, em alguns anos agrícolas, puderam cobrir o pagamento do crédito porém, conforme atesta Daniel Mualica, as autoridades transferiram para o ano seguinte. “*Eu tinha cerca de 150 hectares e, já não me recordo quantas ramas de algodão eu vendi à Fábrica. Contudo era muito. Muito, mesmo. Deu para cobrir em mais de 50% o cheque que me deram e ficar com mais algum, que dava para pagar o que faltava e ainda restava. Mas o branco que sabe, disse não, esse é para ti. Nem com isso,*

⁸⁶ O empréstimo era a título individual. Antes da concessão, o fiscal da fábrica passava pelos campos e, confirmava perante o Eng^o Centeno, a extensão da terra que se possuía. Não dependia da extensão de terra que se possuía. Entrevista com Filipe Semente. Caia, 19 de Fevereiro de 2001

⁸⁷ Entrevista com Domingos José Titos. Caia, 8 de Fevereiro de 2001

ele não deixou de passar um novo cheque para a segunda campanha".⁸⁹ Esta atitude sugere-nos admitir que se tratava de uma estratégia adoptada pelo I. A. M. para tornar o colono dependente do seu crédito e, desse modo, torná-lo subordinado dos seus interesses conforme testemunham as fontes orais quando lhes foi obrigada a cultivarem mais algodão depois do fim da primeira campanha agrícola⁹⁰.

b) Acesso ao sistema de irrigação por bombagem, tractores e alfaias agrícolas

Simultaneamente, o colono tinha acesso ao sistema de rega por bombagem em anos agrícolas secos. Este sistema era composto por um motor com duas saídas que puxava a água do rio e enviava-a por canais apropriados aos campos de cultivo, onde os colonos abriam valas de enxugo por fim a irrigarem a zona cultivada.

Porque, também esta região estava sujeita ao ciclo de inundações, que levava à baixa da produção e à redução de cultivadores, conforme mostra a tabela 1 (capítulo I), o I. A. M. dispôs de maquinaria para fazer o desvio da água da região cultivada para locais afastados como forma de evitar a perda de culturas.

Mito Zeca Lingate elucida esta situação da seguinte maneira: *"Antigamente havia o sistema de bombagem, uma lá na ponte e a outra aqui pertinho. A água saía do rio Zambeze para os campos, através de tubos e um sistema de valas. Esse sistema de bombagem data de 1966, altura em que foi construída a Fábrica. Mas, antes da bomba, plantávamos na margem do rio, durante a época seca e, as machambas situadas na região alta, essas dependiam somente das chuvas. Na época das cheias, as bombas conduziam a água a tomar uma nova direcção, a fim de salvar as machambas. O riacho*

⁸⁹ se se concluisse que o ano agrícola tinha sido mau descontava-se pouco e o resto era seu. Entrevista com Filipe Semente. Caia, 19 de Fevereiro de 2001

⁹⁰ Entrevista com Daniel Mualica. Caia, 15 de Fevereiro de 2001

*denominado Mpuzi, alastrava com frequência, durante as cheias, as suas águas até pôr em risco as machambas. Agora, já não temos formas de salvar as machambas".*⁹¹ Quer a utilização do sistema de bombagem, quer o de desvio da água era suportada pelo próprio colono que no fim do ano agrícola tinha de pagar uma taxa correspondente.

Além disso, o colono beneficiava do uso de D-7, de tractores, semeadores e alfaías adquiridas pelo I. A. M. O acesso a estes instrumentos era feito por aluguer que, de igual modo com o crédito financeiro e a utilização do sistema de bombagem, o colono tinha de pagar no fim de cada ano agrícola. No primeiro ano o I. A. M. dispunha para aluguer de dois D-7, 10 tractores de rodas, semeadores e alfaías. Nos anos que se seguiram, os colonos estabeleceram a sua própria cooperativa com o apoio do I. A. M. Nesta cooperativa cada colono devia pagar uma taxa de \$ 50 sobre cada tonelada de algodão produzida. Com base nesses fundos, a cooperativa de Magagade conseguiu comprar tractores de roda que serviram aos colonos. Nessa base, cada tractor era partilhado por dois colonos.

Todavia, o facto de os tractores terem sido comprados com o dinheiro proveniente de taxas pagas pelos colonos não os libertou do dever de continuarem a pagá-las⁹². Além da compra de tractores, a cooperativa de Magagade realizou algumas obras como sejam a montagem de uma moagem, a compra de alfaías e a instalação de um armazém de alvenaria com o objectivo de ajudar o próprio colono⁹³.

⁹¹ Bem, o Eng^o recomendou-nos a semeiar mais algodão, porque ele só queria mais algodão que outros tantos produtos. Mas nem com isso nós deixámos de produzir. Hah, hah... aliás o Eng^o disse uma vez, os restantes produtos que produzíamos eram para a nossa própria panela. Entrevista com Domingos José Titos. Caia, 8 de fevereiro de 2001

⁹² Entrevista com Mito Zeca Lingate. Caia, 11 de Fevereiro de 2001

⁹³ Notícias da Beira, 1967 p. 2; Entrevista com Filipe Semente. Caia, 19 de Fevereiro de 2001

III. 3. Os colonos e o cultivo de Algodão

Os colonos desenvolviam o cultivo de algodão com a orientação da estrutura técnica do colonato. Por exemplo, observavam a rotação de culturas para evitar que o terreno ao fim de 5 anos ficasse saturado. Cada colono tinha uma determinada parcela de terra, onde cultivava. Porém, a sua dimensão variava. Alguns colonos possuíam 50 hectares e, outros, ainda, chegavam a ter 200 hectares. A confirmar, Filipe Semente afiançou-nos que, “...Tinha 80 hectares, outros chagavam aos 200 hectares e até ao Matondo”. Daniel Mualica disse-nos, por sua vez, que “...tinha 150 hectares...”. Esta diferença da dimensão da terra dificulta o ex-colono de avançar algo sobre a quantidade de algodão que produzia, em média, por ano conforme nos sugere admitir o excerto de entrevista com um dos ex-colonos que se segue: “já não me recordo quantas ramas de algodão eu vendi à Fábrica. Contudo era muito. Muito.”⁹⁴

Como consequência desta situação, temos dificuldade de calcular a tonelagem média de algodão produzida em cada hectare de terra por ano, por forma a avaliarmos o contributo médio anual do Colonato de Magagade nas exportações de algodão feitas para Portugal. Contudo, de acordo com o Notícias da Beira que realizou, em 1967, um trabalho de reportagem, pôde obter dos então colonos, a quem contactou, que naquele ano agrícola previam colher acima de 500 toneladas, o que correspondia a um rendimento de 3000 contos⁹⁵.

O cultivo era feito com recurso às alfaías, aos semeadores, entre outras máquinas, assim como, à mão-de-obra familiar. Na altura da colheita se o colono julgasse insuficiente a mão-de-obra familiar, recrutava outra nas regiões vizinhas. Além do algodão (que era a

⁹³ Notícias da Beira, 1967 p. 2

⁹⁴ Entrevista com Daniel Mualica. Caia, 15 de Fevereiro de 2001

cultura principal), os colonos cultivavam o milho, o kenafe, a mapira, o arroz, o feijão e a batata⁹⁶. No fim da campanha agrícola estes produtos eram vendidos ao I. A. M. (a preços definidos pelo I. A. M.) que, por sua vez, procedia aos descontos com o propósito de cobrir a dívida contraída pelo colono durante o processo de produção. Referimo-nos aqui à dívida que decorria da utilização de fundos do crédito agrário, do uso de tractores, alfaias, entre outros bens e serviços, incluindo a assistência às culturas feita pelas unidades da estrutura técnica. Nem todos os produtos cultivados continuaram a ser comprados pelo I. A. M. Esta situação começou no segundo ano agrícola quando o I. A. M. convidou os colonos a abandonarem o cultivo de mapira, milho, etc e, no lugar destes, a semearem mais algodão conforme atesta Filipe Semente no excerto que se segue: *“No primeiro ano fazíamos machambas de gergelim, milho, algodão, etc. Mas, no 2º ano o Engº proibiu e disse que só queria algodão.”*⁹⁷

Este extracto sugere-nos admitir que, era um convite aos colonos para aumentarem a oferta de algodão que era obstaculizada pelo cultivo de outras culturas. Também, este chama-nos atenção para o fenómeno da retirada da liberdade de cultivo de algumas culturas aos colonos.

Todavia, a posição de Filipe Semente difere da das estruturas técnicas do próprio colonato que sugerem a manutenção da liberdade de cultivo, conforme se lê: *“Ninguém é obrigado a fazer o que quer que seja. Há deveres. Como não podia deixar de ser. O I. A. M. marca um plano de culturas, com rotação das mesmas, onde há larga margem para as chamadas culturas alimentares”*⁹⁸. É uma posição contraditória em si porque, por um lado, refere que houve manutenção da liberdade de cultivo e, por outro lado, aceita que o

⁹⁵ Notícias da Beira, 21 de Junho de 1967 p. 2

⁹⁶ Notícias da Beira, 21 de Junho de 1967. p. 1

colono tinha a obrigação de observar o plano de culturas, facto que nos sugere admitir que a liberdade de cultivo foi substituída pelo plano de culturas a que o colono tinha obrigação de observar (este indicava o que semear, onde semear e em que época semear). Também, ela conduz-nos a admitir que as culturas alimentares não foram extintas porém, restringidas a um espaço reduzido.

⁹⁷ Entrevista com Filipe Semente. Caia, 19 de Fevereiro de 2001

⁹⁸ Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

Capítulo IV. Balanço do Funcionamento do Colonato de Magagade, 1966-1975

O Colonato de Magagade era parte do esquema de fomento algodoeiro, criado para responder a procura de algodão na indústria têxtil portuguesa. Nele desenvolveram-se relações de produção entre os Colonos, que eram os produtores, e o I. A. M., que era a autoridade administrativa do Colonato. Estas relações basearam-se na obrigação de o Colono produzir o algodão e vendê-lo ao I. A. M. no fim de cada campanha agrícola, o qual canalizava à Indústria Têxtil portuguesa, e de o I. A. M. garantir os factores e meios de produção necessários para o cultivo. Como resultado do cumprimento destas obrigações, comparando os níveis de produção de algodão do período em estudo (1966-1975) com os do anterior, podemos admitir que, o Colonato de Magagade participou do fomento quantitativo de algodão. O facto de em 1967/68 a produção média de algodão por cada ter-se situado em cerca de 500 toneladas e em 1959 não ter ido além de 220 toneladas (em toda região cultivada de Magagade), é elucidativo desta dinâmica⁹⁹. Paralelamente a esta situação, houve aumento da área cultivada. A justificar, basta referir que, enquanto em 1959 a área cultivada de algodão em Magagade se situava em cerca de 604 hectares, em 1967 esta área havia crescido para 1050 hectares¹⁰⁰.

O crescimento da produção de algodão reflectiu-se também no cultivo de culturas alimentares. Neste contexto, porque o Colono tinha a obrigação de cumprir com o plano de culturas, entre outras, recomendações emanadas pelo I. A. M., como seja a intensificação do cultivo de algodão invés de outras culturas, ou ainda, o interesse que apresentou ao colono na compra de algodão, apenas, conduziram o colono a se virar intensivamente para o cultivo de algodão em áreas cada vez mais extensas, reduzindo,

⁹⁹ Notícias da Beira, 21 de Junho de 1967 p. 2; AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724. Mapa das áreas semeadas de algodão, 1959

deste modo, o espaço aonde podia cultivar os alimentos. Todavia, isto não significa que o colono se tenha tornado monocultor mas que, desenvolveu mais o cultivo de algodão no lugar de outras culturas.

Os Colonos com a ajuda do I. A. M. instalaram, à luz do Colonato, uma Cooperativa e um Centro Social (formado por uma escola e um posto sanitário), aonde os filhos dos Colonos, e a população Colona no geral, tinham acesso à educação e aos cuidados sanitários¹⁰¹. Na Cooperativa, o Colono tinha acesso aos instrumentos de produção. Contudo, a sua manutenção era garantida pelo colono que devia pagar por cada tonelada de algodão vendido uma taxa de \$50¹⁰². Esta cooperativa aliviou o excesso de taxas proveniente do uso de tractores, alfaias, entre outros instrumentos, com excepção do uso da água da bomba e do crédito agrário que continuaram a ser garantidos pelas próprias estruturas do I. A. M., o que, de certa forma, abriu uma possibilidade mais ampla para a acumulação de capital. Nesta base, podemos admitir que, com a venda de algodão, os colonos puderam acumular o capital, com o qual investiam em bens tais como a construção de casas melhoradas, a compra de meios de transporte, entre outros fins sem retorno, conforme atestam os excertos das entrevistas que se seguem: *Os que conseguiram* (pertencer o colonato) *faziam muito dinheiro, vendendo os seus produtos, mas principalmente o algodão aos brancos daquela Fábrica. Compravam bicicletas, motas, faziam boas casas, iguais às dos brancos*, disse João Sozinho de Sousa. Mito Zeca Lingate deu, por sua vez, um testemunho semelhante, tendo dito: *Muitos daqueles que tinham juízo, conseguiram fazer alguma coisa; casas, mobília, etc.* E, por último, Filipe Semente também se associou a estes testemunhos nos seguintes termos: *No segundo ano*,

¹⁰⁰ Notícias da Beira. 21 de Junho de 1967 p. 2; AHM, Fundo do Governo do Distrito da Beira, cx. 724. Mapa das áreas semeadas de algodão, 1959

mercê dos ganhos, muitos de nós conseguimos comprar motas. Pois os portugueses valorizavam os produtores africanos. Embora o Colonato tenha contribuído para a acumulação de capital, ele caracterizou-se por uma forte diferenciação racial, isto é, foi maioritariamente constituído por colonos brancos. A confirmar, Mito Zeca Lingate disse: *Mais de 50 brancos, que voltavam da guerra e, muito poucos negros, cerca de 13.* Filipe Semente disse, por sua vez, que: *No total eram 68, 56 brancos e 12 negros*¹⁰³. Esta situação também é confirmada por fontes escritas, conforme se lê neste excerto (...) *são, na sua grande maioria, militares desmobilizados que resolveram ficar em Moçambique, havendo, no entanto, outros que, após várias tentativas para se fixarem na província, nos variados misteres, se inscreveram como colonos*¹⁰⁴. Estes testemunhos sugerem-nos reforçar a ideia segundo a qual o Colonato de Magagade foi instalado, em parte, para dar resposta ao fluxo de emigrantes europeus que ambicionavam a prosperidade e de ex-militares da Força Armada Portuguesa que haviam passado à disponibilidade depois de cumprirem o serviço militar obrigatório na Província de Moçambique. Parece-nos também que, a presença de colonos negros (em número reduzido) foi uma estratégia adoptada pelo I. A. M. para garantir a manutenção do Colonato face à luta armada que, na altura em que ele começou a operar (1966), já registava algumas conquistas na região norte (a caminho da região Centro) da então província de Moçambique. Nesta ordem de ideias, estes colonos negros, mercê dos seus ganhos, não hesitariam em defender a manutenção de um projecto desta dimensão.

¹⁰³ Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

¹⁰⁴ Notícias da Beira, 21 de Junho de 1967. P. 2

Conclusões e Recomendações

Neste estudo abordamos a natureza e a importância de que se revestiu o Colonato de Magagade no período compreendido entre 1966 (data do estabelecimento do Colonato) e 1975 (data da desintegração do mesmo). Concluimos que, a fertilidade do solo, a existência da água e a tradição agrícola de Magagade no cultivo de algodão constituíram factores que concorreram para a instalação, na região de Magagade, do Colonato de Magagade, cujo objectivo era colonizar e racionalizar o cultivo de algodão e assegurar as boas condições de utilização de solos. Porque o I. A. M. dispunha de meios técnicos e financeiros diversos para apoiar os produtores de algodão mas que devido à sua exiguidade não podia administrar a todos, e, o processo que culminou com a instalação do Colonato se ter feito acompanhar pela chegada de emigrantes europeus, insucedidos na procura de emprego na área administrativa dentro da Colónia, e de ex-militares da Força Armada Portuguesa que haviam passado à disponibilidade, procedeu-se ao emprego destes indivíduos e de poucos africanos neste empreendimento e administraram-se-lhes esses meios técnicos e financeiros, o que nos parece conveniente concluir que, o Colonato de Magagade aparece também como uma solução alternativa aos problemas criados pela colonização assim como, da incapacidade financeira e material do I. A. M. em cobrir, na província, a maior parte de produtores de algodão.

Comparativamente aos níveis anteriores de produção de algodão na região de Magagade, concluimos que, o Colonato de Magagade superou-os tendo, desta feita, contribuído para o aumento quantitativo de algodão, o que não só se deveu à existência de um sistema de bomba para a irrigação, tractores, alfaias entre outros meios e factores de produção, como

¹⁰³ Entrevista com Filipe Semente. Caia, 19 de Fevereiro de 2001

¹⁰⁴ Diário de Moçambique, 20 de Junho de 1967. P. 8

também ao aumento da área de cultivo. Esta evolução também se reflectiu na vida do colono que, com a venda de algodão ao I. A. M., pôde acumular algum capital com o qual investiu em bens sem retorno como sejam a construção de uma casa melhorada, a compra de meios de transportes, entre outras aplicações. Porém, paralelamente aos ganhos, o colono tendia a tornar-se monocultor em resultado das recomendações do I. A. M., por exemplo, o que o obrigava a cultivar mais algodão no lugar de outras culturas, que o colono devia observar. Contudo, pelo facto deste empreendimento ter sido composto maioritariamente por colonos brancos relativamente aos negros, concluímos que ele se caracterizou por uma forte diferenciação rática no seu acesso. Também, a presença reduzida de colonos negros sugeriu-nos concluir que, se tratou de uma estratégia adoptada pelas autoridades administrativas do I. A. M. com vista a pôr salvo o Colonato, face aos movimentos da luta de libertação nacional que se assistiam na região norte de Moçambique e que nessa altura alcançavam algumas conquistas e tendiam a descer para a região centro, aonde este se encontrava instalado.

A finalizar, recomendamos, para futuros estudos sobre o sistema de cultivo de algodão no Colonato de Magagade, no período entre 1960 e 1975 que, se preste atenção aos aspectos ligados às quantidades de algodão produzidas pelos produtores, por forma a calcular-se o contributo médio anual do Colonato de Magagade na economia portuguesa. Por outro lado, há necessidade de se estudar o quotidiano dos produtores no Colonato, por forma a conhecer-se a sua história social.

Fontes

a) DOCUMENTOS DE ARQUIVO

AHM. Fundo do Governo do Distrito da Beira

Cx. 120

-----Autoridades Tradicionais, 1962-1970, A/8

Cx. 723

-----Telegrama emitido pelo Administrador de Sena, em Vila Fontes, ao Director Provincial dos Serviços Distritais de Manica e Sofala, a 23 de Fevereiro de 1950

-----Direcção Provincial de Administração Civil. Relatório Respeitante aos meses de Novembro e Dezembro de 1949 e Janeiro e Fevereiro de 1950, 8 de Março de 1950

Cx. 724

-----Junta da Exportação do Algodão Colonial ao Governador do Distrito de Manica e Sofala, 2 de Maio de 1949

-----Administração da Circunscrição de Sena. Relatório. 7 de Agosto de 1952

-----Junta de Exportação do Algodão Colonial, Campanha Agrícola da Província de Manica e Sofala 1950/1951

-----Governo Do Distrito de Manica e Sofala à Direcção dos Serviços Indígenas, 1960

-----Junta de Exportação do Algodão ao Governo do Distrito de Manica e Sofala, 1961

-----Junta de Exportação do Algodão Colonial aos Encarregados da administração, 14 de Março de 1962

-----Junta de Exportação do Algodão ao Governo do Distrito de Manica e Sofala, 1962

-----Companhia Nacional Algodoeira aos Senhores Encarregados do Governo de Manica e Sofala, 22 de Novembro de 1962

Cx. 725

-----Instituto de Algodão de Moçambique, 1962

-----Companhia Nacional Algodoeira ao Encarregado do Governo de Manica e Sofala, 26 de Novembro de 1962

-----Administração da Circunscrição de Sena à Secretaria Distrital de Administração Civil de Manica e Sofala, 8 de Abril de 1963

b) JORNAIS

DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE, 20 de Junho, 1967

NOTÍCIAS, 17 de Agosto de 1968

NOTÍCIAS DA BEIRA, 21 de Junho de 1967

NOTÍCIAS DA BEIRA, 15 de Abril de 1969

c) ENTREVISTAS

Entrevista com Domingos José Titos, Caia, 8 de Fevereiro de 2001

Entrevista com João Sozinho de Sousa, Caia, 8 de Fevereiro de 2001

Entrevista com Joramo José Joramo, Caia, 8 de Fevereiro de 2001

Entrevista com Mito Zeca Lingate, Caia, 11 de Fevereiro de 2001

Entrevista com Luís Lingata, Caia, 12 de Fevereiro de 2001

Entrevista com Amós Muingate, Caia, 13 de Fevereiro de 2001

Entrevista com Gilda Barata, Caia, 18 de Fevereiro de 2001

Entrevista com Filipe Semente, Caia, 19 de Fevereiro de 2001

d) LIVROS, ARTIGOS E RELATÓRIOS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE LETRAS. *História de Moçambique-Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores (200/300-1886)*. Maputo: Editorial Tempo, 1982. Vol. I.

DA COSTA, INÊS NOGUEIRA. No Centenario da Companhia de Moçambique. *Arquivo*. Maputo (Moçambique), 6: 65-76; Outubro de 1989

GABINETE DO PLANO DO ZAMBEZE. *Relatório de Actividade, 1970*. Lisboa: GPZ, 1971

GOUVEIA, D Utilização eficiente da água na agricultura de Moçambique. *Agron. Moç.*, 4(1): 15-19, Jan-Mar, 1970

AHM. *Analyse Statistica, Topográfica. E Política, da Capitania de rios de Senna, dirigida ao Soberano e Augusto-Congresso da Cortes Geraes, e Extraordinári Constituintes da Nação Portuguesa*, 1821

HERMELE, K. *Land struggles and social differentiation in Southern Mozambique: a case study of Chokwe, Limpopo 1950-1987*. Upsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1988

ISAACMAN, A. Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961) In: José, A. et Meneses, P. *Moçambique 16 anos de Historiografia: Focos, Problemas, Metodologias, Desafios para a Década de 90*. Maputo: Alexandrino José e Paula Meneses, 1991, Cap. V. pp. 195-237

ISAACMAN, A. ET CHILUNDO, A. Peasants at Work: Forced Cotton Cultivation in Northern Mozambique, 1938-1961. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.7(pp. 119-143)



LIESEGANG, G Sofala, Beira e a sua Zona (c. 900-1894). *Arquivo*. Maputo (moçambique), 6: 21-64; Outubro de 1989

MORAIS, R T. *Estudos Ictiológicos no Rio Zambeze*. Parte I. Lourenço Marques: Brigada de Estudos Piscícolas de Cabora Bassa, 1974

NEVES, J. O início da emigração da mão de obra moçambicana para a Rodésia do Sul, 1890-1913, In: José, A. et Meneses, P. (ed). *Moçambique-16 anos de Historiografia: Focus, Problemas, metodologias, desafios para a década de 90*, Maputo: Imprensa Nacional, 1991, Pp.281-294

PITCHER, M From Coercion to Incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1964-1974. In: Isaacman, A. et Roberts, R. (eds). *Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa*. Portsmouth, NH: Isaacman, A. et Roberts, R., 1995, Cap.6. pp. 119-143.

QUINTANILHA, A. *A investigação Científica do Fomento Algodoeiro*. Lisboa: Centro de Investigação Científica Algodoeira, 1955

RELATÓRIO DO CHEFE DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA, 1940-1944. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, partes II e III, 1946

WUYTS, M. Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. Estudos Moçambicanos (1) 1980: 9 – 22